

CLIPPING IMPRESSO

14/01/2020



INDICE

| | |
|------------------------------|---|
| 1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 1.1. AÇÕES TJMA..... | 1 |
| 1.2. INSTITUCIONAL..... | 2 |
| 1.3. PUBLICIDADE LEGAL..... | 3 |
| 2. JORNAL O DEBATE | |
| 2.1. AÇÕES TJMA..... | 4 |
| 3. JORNAL PEQUENO | |
| 3.1. DESEMBARGADOR..... | 5 |
| 3.2. PRESIDÊNCIA..... | 6 |



Relatório de Gestão

Um conjunto de ações estratégicas desenvolvidas na gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, colocam em posição de destaque o Judiciário Estadual.

O Relatório de Gestão 2029 traz indicadores revelando significativos avanços no quesito eficiência administrativa.

O relatório mostra a capacidade do desembargador Joaquim Figueiredo de dar vazão a projetos inovadores e traz uma radiografia completa das principais ações do Tribunal nas áreas de tecnologia, engenharia, financeira, administrativa, bem como os diversos projetos institucionais.

RÁPIDAS

Para defensores públicos, juiz de garantias é avanço

BRASÍLIA - Nota técnica encaminhada pelo Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) destaca que a instituição do juiz de garantias, prevista pela lei anticrime, é um

"avanço civilizatório" e vai ao encontro de decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, segundo as quais, para garantir a imparcialidade do julgador, as decisões sobre as medidas cautelares preliminares no processo penal devem ser de competência de outro magistrado. O juiz de garantias provoca polêmicas e incertezas entre os juízes.

Outras categorias são contra o juiz de garantias

BRASÍLIA - Para investigadores, a medida pode atrasar ainda mais a conclusão de ações judiciais e atrapalha operações de grande alcance, como a Lava Jato. A nota técnica da Comissão Criminal do

Colégio dos Defensores Públicos-Gerais, elaborada a pedido do grupo de trabalho que, no CNJ, visa estruturar e implementar a figura do juiz de garantias, destaca que "a inovação estipulou somente mais uma função processual, limitada ao recebimento da denúncia, sem que houvesse a criação de um novo órgão judiciário"

Nota técnica aponta necessidade do juiz de garantias

BRASÍLIA - A Nota Técnica sobre a Estruturação e Implementação do Juiz de Garantias e do Julgamento Colegiado pela Primeira Instância argumenta: "A imediata estruturação do juiz de garantias ao cotidiano

forense pátrio não exige grandes mudanças ou aumento de custos financeiros, apenas a aplicação de regra entronada na legislação processual penal desde a edição do Código vigente, qual seja, impedido o juiz natural, seu substituto, juiz tabelar, seguirá na condução do processo após o recebimento da denúncia."



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 02/2020

Processo nº 43.806/2019

Objeto: Registro de preços objetivando a Aquisição de cadeiras de rodas para descida de escadas em caso de emergência por pessoas com deficiência e carro escalador elétrico; **Abertura:** 28/01/2020 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 14 de janeiro de 2020. **Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA.**

Em Foco

Gestão



Um conjunto de ações estratégicas desenvolvidas na gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, colocam em posição de destaque o Judiciário Estadual, cujo 'Relatório de Gestão/2019' traz indicadores revelando significativos avanços no quesito eficiência administrativa.

O relatório – publicado no Portal do Poder Judiciário – mostra a capacidade do desembargador Joaquim Figueiredo de dar vazão a projetos inovadores e traz uma radiografia completa das principais ações do Tribunal nas áreas de tecnologia, engenharia, financeira, administrativa, bem como, os projetos institucionais do Núcleo de Solução de Conflitos, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência, Ouvidoria, Núcleo Socioambiental, Unidade de Monitoramento Carcerário, entre outros órgãos.

Para o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, a transparência tem sido uma importante ferramenta para o aprimoramento do Judiciário estadual.

“O relatório mostra os dados em seus aspectos globais. Nosso objetivo é dar maior transparência e visibilidade aos dados, que refletem integralmente um modelo participativo de gestão, com o envolvimento de todas as esferas institucionais da Corte estadual de Justiça”, destaca o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente do Tribunal afirmou que houve evolução em todos os setores, o que, segundo ele, é uma demonstração inequívoca do empenho de cada membro da família judiciária maranhense na proposta de tornar o Tribunal de Justiça cada vez mais eficaz em gestão administrativa e na prestação jurisdicional.

“Embora os resultados mais eloquentes do trabalho só devam aparecer em sua inteireza no final da gestão, em abril, já é possível avaliar o nível de avanço nos últimos 24 meses, com as estratégias adotadas para garantir melhorias substanciais na governança do Tribunal de Justiça”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Kátia Persovisan
katiapov@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

« *“O relatório mostra os dados em seus aspectos globais. Nosso objetivo é dar maior transparência e visibilidade aos dados, que refletem integralmente um modelo participativo de gestão, com o envolvimento de todas as esferas institucionais da Corte estadual de Justiça”, destaca o desembargador Joaquim Figueiredo.* »

Governança e planejamento garantem modelo de gestão dinâmico e eficiente do TJMA

Um conjunto de ações estratégicas desenvolvidas na gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, colocam em posição de destaque o Judiciário Estadual, cujo ‘Relatório de Gestão/2019’ traz indicadores revelando significativos avanços no quesito eficiência administrativa. O relatório – publicado no Portal do Poder Judiciário – mostra a capacidade do desembargador Joaquim Figueiredo de dar vazão a projetos inovadores e traz uma radiografia completa das principais ações do Tribunal nas áreas de tecnologia, engenharia, financeira, administrativa, bem como, os projetos institucionais do Núcleo de Solução de Conflitos, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência, Ouvidoria, Núcleo Socioambiental, Unidade de Monitoramento Carcerário, entre outros órgãos. Para o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, a transparência tem sido uma importante ferramenta para o aprimoramento do Judiciário estadual. “O

relatório mostra os dados em seus aspectos globais. Nosso objetivo é dar maior transparência e visibilidade aos dados, que refletem integralmente um modelo participativo de gestão, com o envolvimento de todas as esferas institucionais da Corte estadual de Justiça”, destacou o desembargador Joaquim Figueiredo. O presidente do Tribunal afirmou que houve evolução em todos os setores, o que, segundo ele, é uma demonstração inequívoca do empenho de cada membro da família judiciária maranhense na proposta de tornar o Tribunal de Justiça cada vez mais eficaz em gestão administrativa e na prestação jurisdicional. “Embora os resultados mais eloquentes do trabalho só devam aparecer em sua inteireza no final da gestão, em abril, já é possível avaliar o nível de avanço nos últimos 24 meses, com as estratégias adotadas para garantir melhorias substanciais na governança do Tribunal de Justiça”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo. Mesmo diante da crise econômica

que acomete o país, cujo impacto reflete diretamente na arrecadação de receita – ocasionando cortes orçamentários – o TJMA, conseguiu, na atual gestão, apresentar melhorias substanciais em diversos setores, com a exitosa política de boa governança e eficiência administrativa, que apostou na reestruturação da força de trabalho. “Atentos ao papel central na política pública de Justiça, utilizamos novas formas de gerenciamento, não expandindo – além dos limites legais e inflacionários – a despesa pública. Houve uma preocupação especial para que não houvesse aumento de gastos e para que não fosse ultrapassada nenhuma cota. Nada foi aprovado sem um criterioso estudo prévio, embasado no orçamento”, ressaltou o desembargador Joaquim Figueiredo. Ele disse que, na busca constante por melhorias contínuas, o TJMA está lançando mão de metodologias de planejamento estratégico, medição de indicadores de desempenho e gerenciamento de projetos, seguindo a tendência da gestão

pública contemporânea. “Práticas aplicadas com sucesso nas instituições são hoje trazidas para a gestão do TJMA, que já colhe benefícios com uma organização mais ágil, mais dinâmica e focada na entrega de serviços jurisdicionais na qualidade esperada, dentro dos prazos, com custos planejados e alocação de pessoas e recursos”, assinalou. O desembargador Joaquim Figueiredo afirmou que na sua gestão foi criada uma agenda estratégica vasta, para que o Poder Judiciário do Maranhão pudesse atuar de forma decisiva na superação das eventuais dificuldades nas áreas financeiras, de recursos humanos, materiais e estruturais. “Atender globalmente às demandas significa a adoção de um novo modelo de governança, embora saibamos que o desempenho, a qualidade e eficácia de muitas ações institucionais dependem de igual qualidade e eficiência de resposta de outros serviços do Estado”, explicou o desembargador Joaquim Figueiredo.